

## O Patrimônio como produção de presença na escrita histórica de Afonso Arinos

LUCIANO DOS SANTOS TEIXEIRA\*

Apresentarei nessa comunicação um livro que não pode ser classificado como esquecido ou negligenciado – como, por exemplo, foram as obras de Manoel Bonfim, por tanto tempo – nem pode ser considerada uma obra de leitura difícil, complexa (como *Visão do Paraíso*, obra muito citada mas pouco lida).

*Desenvolvimento da Civilização Material* pode ser encontrado, desde 2005, em qualquer livraria, pois foi reeditado pela Topbooks, em 3ª edição. Ao mesmo tempo, é uma obra de cunho didático, fruto de um curso oferecido pelo escritor, diplomata e político Afonso Arinos de Melo Franco em 1941 aos técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por encomenda do diretor do órgão, seu primo, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A pequena ou quase inexistente fortuna crítica dessa obra se deve, como tentarei demonstrar agora, a algumas características que a tornaram singular no panorama historiográfico brasileiro mas, ao mesmo tempo, expressam a incorporação de novas preocupações e temas postos em cena pela formação das primeiras políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, na década de 1930.

A confluência da criação de um novo campo do conhecimento proporcionado pelo desenvolvimento dos primeiros estudos sistemáticos sobre o patrimônio promovidos pelo SPHAN, através da Revista do Patrimônio e da série “Edições SPHAN”, com alguns estudos pioneiros de interpretação da realidade brasileira, como os de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mocambos*) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) teve nessa obra um momento de síntese e, de certa forma, de virada, como tentaremos apontar a seguir.

Como ressaltou José Murilo de Carvalho em seu prefácio da 3ª edição, trata-se de uma “obra destoante, pela temática, do conjunto da produção de Afonso Arinos, alheia também às preocupações intelectuais dominantes na década de 1930” (p. 15).

---

\* Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio e técnico em História pela Coordenação-geral de Pesquisa e Documentação do IPHAN.

O livro é resultado de cinco aulas ministradas no final do ano de 1941 nas dependências da sede do SPHAN, no Rio de Janeiro. Seu público inicial foram os técnicos do órgão. Além desse, outros cursos foram dados com a mesma intenção de formar profissionais *cultivados* no conhecimento do Brasil e dos instrumentos que deveriam utilizar para preservar o patrimônio cultural do país. Pelo menos um desses outros cursos já encontra editado (o da Hanna Levy).

A obra resultante se estrutura tal como o curso, em cinco capítulos: uma introdução e mais quatro capítulos que se dedicam cada um a um século da história do Brasil, do século XVI ao XIX. A introdução apresenta uma tentativa de síntese da formação social brasileira, que recupera e em alguns casos reformula observações realizadas em seus escritos anteriores. De maneira geral, por retomar aspectos já recorrentes na literatura do período, embora seja o capítulo mais agradável, por sua notável capacidade de síntese, talvez seja também o menos interessante para os nossos propósitos nessa apresentação. Nela, os elementos de explicação racial, ainda que de cunho mais cultural que biológico, parecem prevalecer, em uma perspectiva que irá se enfraquecer ao longo do livro.

Nos capítulos seguintes, são desenvolvidos pequenos balanços do que o autor chama de “desenvolvimento da civilização material”, dentro dos quais cada século aparece como uma etapa evolutiva. Ao final de cada capítulo, o autor procura sintetizar os principais aspectos abordados, demonstrando o caráter didático da publicação e sua origem oral.

Retomaremos, a seguir, uma reflexão iniciada em 2009, quando estudamos a Revista do Patrimônio, buscando identificar o *lugar da história* no periódico editado pelo SPHAN (e ainda hoje atuante). Naquele momento, destacávamos o papel desempenhado pela obra de Afonso Arinos na demarcação desse lugar ao proporcionar um panorama da história da *civilização material* que fundamentasse uma melhor compreensão da história do patrimônio cultural brasileiro. Tratávamos então de apontar aqueles que poderiam ser considerados como os marcos mais significativos da noção de história utilizada pelo SPHAN naquele momento.

Retomamos aqui as conclusões apontadas naquele texto para melhor confrontarmos com nossa abordagem atual. Primeiramente, a percepção que a história concebida nesse primeiro momento do SPHAN implicava uma representação *especializada* do tempo. Especialização no sentido da materialização de um passado histórico comum: o passado nacional, presentificado nos seus inúmeros vestígios materiais – edifícios, sítios,

idades-monumento, fortes etc. A *Revista do Patrimônio* e o setor de publicações organizado pelo SPHAN estariam entre as iniciativas que integravam um programa articulado de definição de fronteiras: *fronteiras institucionais*, dentro do quadro geral do Ministério da Educação e Saúde Pública, na gestão Capanema; *fronteiras disciplinares*, na delimitação de um saber em construção, apoiado em diversos ramos do conhecimento, mas sem se confundir com nenhum deles; *fronteiras geográficas*, inscrevendo monumentos e vestígios em todas as regiões do país, concretizando a monumentalização do espaço físico da nação pela consagração de seus lugares de memória coletiva. E, por fim, um quarto tipo, mais sutil: a fronteira *temporal*. Fronteira das fundações histórico-culturais do país: o tempo da colônia, objeto da preservação patrimonial e sujeito principal de nossa história. Nessa perspectiva, a noção de *civilização material* iria se impor como aquela mais capaz de dar conta da complexidade e originalidade do desafio. Saliávamos ainda que, na obra de Afonso Arinos, a influência de Gilberto Freyre era assumida explicitamente, servindo como referência para a discussão dos novos temas que precisavam ser apresentados e que não encontravam guarida na historiografia predominante à época: moradias, edificações civis, militares e religiosas, entre outros, mais afeitos à arte e à história da arquitetura. Essa filiação intelectual, além da dívida assumida perante escritores alemães, como o filósofo Oswald Spengler e os antropólogos Leo Frobenius e A. L. Kroeber, compunha o universo de referências do autor.

Deter-me-ei, em seguida, nos aspectos que mais me parecem significativos em relação à escrita dessa obra: em primeiro lugar, seu uso das fontes documentais. Embora sem utilizar novas fontes primárias, o autor buscou na releitura de fontes já conhecidas e publicadas extrair aspectos até então menos abordados e mais afeitos à sua preocupação em traçar um panorama da formação da civilização material brasileira. Particularmente significativo nessa direção foi o uso que o autor fez da literatura dos viajantes estrangeiros e de suas observações críticas sobre os costumes e sobre os traços materiais de nossa cultura – habitações, utensílios, meios de transporte, estado das estradas etc.

Tanto nessas observações quanto nos estudos de história econômica que começavam a serem lançadas na mesma época – como os de Roberto Simonsen, Afonso Taunay – Afonso Arinos vai buscar as descrições minuciosas dos traços típicos da cultura material, sempre enfatizando as permanências, os elementos que teriam se consolidado

na dinâmica do desenvolvimento da sociedade brasileira. Nesse sentido, Afonso Arinos conta uma epopéia: a epopéia da construção de uma nova civilização nos trópicos.

No enredo desta epopeia, ele vislumbrou aspectos até então menos considerados de nossa história social, trazendo o foco para a materialidade da cultura desenvolvida nessas terras.

O objetivo da obra parecia ser o de fornecer um pano de fundo (ou moldura) aos chamados “fatos memoráveis da história nacional”, na célebre definição presente no artigo primeiro do decreto-lei 25, de 1937, que criou o SPHAN e pelo qual se definiu o que se deveria considerar e por qual motivo.

Enquanto no texto do decreto a história aparecia quase que exclusivamente vinculada ao seu aspecto político-social, em seu curso Afonso Arinos, mais atento aos aspectos práticos da atuação dos profissionais ligados ao SPHAN, voltará sua atenção para essa civilização material, cuja história pretendia contar e cujo desdobramento configuraria os alicerces sobre os quais se ergueria o *patrimônio histórico e artístico nacional*.

Dessa forma, a noção de civilização material surgiria como uma nova perspectiva, um novo olhar sobre o passado nacional. Mais que isso, porém, a civilização material seria o fio condutor da história brasileira. Não se trataria, portanto, apenas de um novo aspecto a ser acrescentado às demais interpretações do Brasil, mas um viés primordial de interpretação de nossa formação.

Esse me parece o segundo aspecto importante a se destacar: a abordagem inovadora proporcionada pela noção de civilização material.

O terceiro aspecto digno de registro seria o dos novos objetos produzidos por essa nova abordagem: o que poderíamos chamar de *práticas culturais*. A preocupação com essas práticas, mais do que com os componentes raciais, sempre frisados na ensaística do período, marcaria a perspectiva privilegiada dessa obra.

Um exemplo interessante do tipo de observação proporcionado pela originalidade dessa abordagem está na percepção da *terra* como elemento fundamental nos primeiros séculos de colonização – expresso na arquitetura de taipa e adobe.

Esses três aspectos implicam em uma redefinição, mais do que uma simples ampliação ou repetição do conceito de civilização apresentado em sua obra anterior, *Conceito de Civilização Brasileira*, de 1936. Esse é o aspecto que gostaria de destacar agora para tentarmos compreender o lugar dessa obra em nossa historiografia.

De acordo com José Murilo, Afonso Arinos manteria como pano de fundo o mesmo conceito de civilização apresentado em sua obra anterior: a saber, a civilização representaria o controle da natureza pela técnica. A meu ver, essa é uma definição insuficiente para uma melhor compreensão da noção de civilização material. O elemento do controle da natureza pode ser considerado um aspecto importante do desenvolvimento da civilização material, mas a ele se sobrepunha a preocupação com os modos de viver, os hábitos de moradia, em outras palavras, com as práticas culturais territorializadas. Somente podemos aceitar a definição de “controle pela técnica” se dermos a esse último termo um sentido mais amplo, que inclua as práticas sociais e culturais.

Na comunicação apresentada em 2009, sugeri que poderia ter havido uma oscilação semântica no uso da noção de civilização entre o primeiro e o segundo livros de Afonso Arinos.

Hoje, na tentativa de avançar, reformulo essa observação, lançando como hipótese de pesquisa, que o conceito de civilização material surgiu como uma tentativa de superar os impasses de uma visão psicologizante e racializada da formação social brasileira, desenvolvida pelo próprio autor em trabalhos anteriores – e comum em diversas obras de história lançadas no mesmo período.

Ainda que, de certa forma, seja uma obra de ocasião, esse livro, ao deslocar a ênfase dos componentes raciais para as práticas culturais e econômicas parece indicar uma retomada da trilha lançada por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, de investigação da cultura material. Nesse sentido, conquanto se assemelhe em sua forma aos demais escritos ensaísticos das décadas de 1920 e 1930, *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil* oferece uma ponte com os estudos pioneiros de Sérgio Buarque das *Monções e Caminhos e Fronteiras*.

Por esse ângulo, esse curso de história do Brasil, escrito do ponto de vista da cultura material, tem sua importância marcada como uma das primeiras obras de história cultural escritas no Brasil, cujo caráter inovador a tornou pouco reconhecida em seu tempo e ainda hoje está por merecer uma análise mais detida daqueles que se lançaram a promover uma historiografia cultural no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Valdei Lopes. “Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht” in *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 314-328, jul/dez 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª. ed., 2005.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In LE GOFF, J.; NORA, P. (dirs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado em História), 1998, Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2ª edição, 2005.
- GUMBRECHT, Hans-Ulrich. *Produção de presença*. O que o sentido não consegue transmitir. RJ: Contraponto, 2010.
- HARTOG, François. *Régimes d'Historicité*. Presentisme et experiences du temps. Paris: éditions du seuil, 2003.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª. Edição, 2005.
- TEIXEIRA, Luciano dos Santos. “Civilização material, história e preservação em Afonso Arinos” in *História e ética na preservação do patrimônio cultural no Brasil*. RJ: Copedoc/IPHAN, 2011 (no prelo).
- VENANCIO FILHO, Alberto. A historiografia republicana: a contribuição de Afonso Arinos. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.